

## **BIBLIOTECA, MEMÓRIA INSTITUCIONAL E ACESSO ABERTO À INFORMAÇÃO: APONTAMENTOS TEÓRICOS E EXPERIÊNCIAS DESENVOLVIDAS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Fabício José Nascimento da Silveira<sup>1</sup>  
Maria Aparecida Moura<sup>2</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

Em pleno século XXI, uma prática comum no Mundo Antigo voltou a aterrorizar as sociedades contemporâneas. Alegando defesa da fé e dos costumes do Islã, o grupo extremista Estado Islâmico (EI) tem atacado, saqueado e destruído de forma sistemática monumentos, artefatos históricos, sítios arqueológicos, instituições e obras de arte cuja unicidade, valor estético e atributos testemunhais lhes conferem, reconhecidamente, o título de patrimônios culturais da humanidade. Foi assim com a cidade de Hatra, cuja fundação data do século III a.C.; com as ruínas de Nimrud, antiga capital do Império Assírio, que já em 1300 a.C. se constituía em importante centro urbano da Mesopotâmia; e também com Palmira, a “pérola do deserto”, ponto de passagem obrigatória para muitas caravanas que percorriam a rota da seda.

Somam-se a essas ações terroristas a pilhagem de coleções completas do Museu de Mossul; o bombardeio ao mosteiro de Mar Elian, construído há 1,5 mil anos na cidade de Al Quariantain, na Síria; e a implosão, em 2014, da mesquita de Al-Arbain, local de sepultamento de quarenta figuras notáveis do islã, assim como da Igreja Verde, um prédio escavado na rocha por volta do século VII d.C. Prática de aniquilamento cultural que se estendeu aos arquivos e bibliotecas das regiões dominadas pelos jihadistas. Segundo dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), apenas na

---

1. Bibliotecário e professor adjunto da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) nas modalidades graduação e pós-graduação. *E-mail*: <fabrisilveira@gmail.com>.

2. Bibliotecária e professora titular da ECI/UFMG nas modalidades graduação e pós-graduação. *E-mail*: <mamoura@eci.ufmg.br>.

Biblioteca Pública de Mossul<sup>3</sup> mais de 112 mil volumes foram incinerados. Dentre as obras que se perderam estavam 8 mil manuscritos raros e obras antigas, além de alguns livros impressos na primeira tipografia instalada no Iraque.

O mesmo fim se deu a documentos que eram mantidos na biblioteca e nos arquivos babilônicos, extinguindo grande parte das coleções que se dedicavam a retratar os tempos de Hamurábi e Nabucodonosor. Nessa onda incendiária, nem as bibliotecas universitárias foram poupadas, tão somente por serem consideradas locais onde se preservavam conhecimentos “não consagrados à palavra de Alá”.<sup>4</sup> Modalidade de compreensão que tem posto em perigo outras instituições para além das fronteiras da Síria e do Iraque, uma vez que em 2013 militantes do Mali atearam fogo em algumas bibliotecas nas quais eram guardados manuscritos históricos. Ainda na África, o Boko Haran tem instaurado o terror na Nigéria, praticando o sequestro e o estupro coletivo de mulheres, queimando vilas e cidades inteiras e devastando museus, arquivos, bibliotecas e outros lugares de memória.

A recorrência dessas ações traz à cena pública algumas questões relevantes para se pensar o impacto causado por essa onda predatória sobre nossas culturas contemporâneas. Por que, em tempos de crise, os artefatos de representação histórica se tornam constantemente ameaçados? Por que o “apagamento da memória” converte-se em uma tática bélica? Em que consiste o ato de colocar arquivos, museus, sítios arqueológicos, prédios históricos e bibliotecas na linha de frente das disputas entre grupos que almejam ascender ou se manter no poder?

De modo comum, as indagações acima delimitadas apontam para um núcleo central de tensionalidade, qual seja: definir quem são os protagonistas e os eventos memoráveis que devem ser destacados no processo de narrativização histórica de um dado povo ou de uma cultura específica. Nesse sentido, qualquer texto, monumento, ruína ou personalidade que contradiga a visão de mundo em disputa acaba se tornando alvo potencial de um atentado extremista.

Condição que nos impõe a necessidade de refletirmos sobre possíveis estratégias que possam garantir, mesmo em tempos sombrios, a preservação, a divulgação e o acesso social a esses insumos/espços de recordação e de representação histórico-cultural. Eis o que este texto objetiva fazer ao propor, nas seções que se seguem, uma análise dos distintos pressupostos simbólicos e funcionais que, no mundo atual, ainda conferem às bibliotecas um lugar de destaque nas dinâmicas de salvaguarda da memória, de organização do conhecimento e de difusão da informação.

---

3. Instituição que já havia sido atacada pelas tropas norte-americanas durante a invasão dos Estados Unidos ao Iraque em 2003.

4. É importante frisar que esse movimento predatório não tem como protagonistas apenas os jihadistas do Estado Islâmico e não se limita tão somente ao campo religioso, ele também foi alçado como tática bélica por diversas outras instâncias de poder, como os Estados Unidos, por exemplo, durante a invasão do Iraque. Naquela ocasião, os ataques americanos representaram nitidamente iniciativas voltadas para a dominação cultural.

Para tanto, propõe-se o seguinte percurso teórico-metodológico: em um primeiro momento, e tendo por referência os pressupostos filosóficos e sociológicos que conferem dois sentidos para a expressão “lugares de memória”, discorre-se sobre os fundamentos sociais da memória e a importância dos “espaços de recordação” para sua espacialização, disseminação e reconhecimento cultural. Posteriormente, indaga-se sobre a importância das bibliotecas no contexto geral desses processos, atentando para a dupla vocação mnêmica que circunscreve os modos de atuação de tais instituições.

Transpondo o plano conceitual, a segunda parte do texto descreve o trabalho de produção e de preservação da memória institucional desenvolvido pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em linhas gerais, destacar-se-ão os fundamentos mnêmicos que amparam a formação e a preservação de duas coleções sob sua responsabilidade, quais sejam: *Coleção Memória Institucional da UFMG* e *Coleção de Obras Raras e Especiais*.

Por fim, e concordando com Italo Calvino, para quem a memória só faz sentido se conseguir interconectar as marcas do passado a um projeto de futuro, apontamos o acesso aberto às coleções salvaguardadas pelos lugares de memória como um artifício capaz de amenizar os efeitos nocivos de possíveis atentados contra a cultura, bem como a seus substratos históricos. Isto posto, passemos à tessitura de nossa trama conceitual.

## 2 A PROBLEMÁTICA DOS “LUGARES DE MEMÓRIA”: DIMENSÕES HISTÓRICO-CONCEITUAIS

Os estudos acerca da memória e de suas faculdades têm na obra de Santo Agostinho um importante ponto de referência. Precursor de uma vertente de pensamento marcada pela associação de duas tradições filosóficas tidas como antagonicas – de um lado a literatura cristã e do outro as ideias platônicas e neoplatônicas –, o bispo de Hipona empreendeu um trabalho reflexivo centrado nas análises dos distintos pontos que aproximam as relações humanas dos domínios da fé, do tempo e da memória.

Formulações essas que ocupam grande parte de seu livro autobiográfico *As confissões*. Escrito por volta do ano de 398 ou 399, o texto em questão tem como principal premissa o argumento segundo o qual as coisas tidas como verdade são assim definidas a partir do ato de rememoração. Nesses termos, a memória seria a principal faculdade responsável por imprimir na alma as palavras e as imagens forjadas tanto pela sensibilidade quanto pela vivência daquele que processa o ato mnêmico.

Sendo assim, e não por acaso, Agostinho compara a memória à imagem de um palácio.<sup>5</sup> Partindo dessa alegoria, o pensador definiu o trabalho de recordação

---

5. Possivelmente essa alegoria tem por fundamento os exercícios ligados à *Arte da memória*, os quais abordaremos a seguir.

como uma incursão por “campos e vastos palácios da memória onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie” (Agostinho, 1987, p. 224). Sendo assim, aquele que adentrasse as galerias da memória deveria, para não se perder, promover um jogo de associações capaz de correlacionar percepções sensoriais a lugares e imagens mentais. Estratégia que conferiria ao sujeito mnêmico a capacidade de presentificar, no ato mesmo da rememoração, um grande número de experiências sinestésicas, assim como conceitos, expressões formulares e outras modalidades de elaboração do conhecimento.

Mediante tal proposição, Agostinho formula sua hipótese das duas memórias: a sensível e a intelectual. A primeira estaria diretamente vinculada à forma como apreendemos e elaboramos as relações mantidas no e com o mundo fazendo uso de nossos cinco sentidos. Com isso, a memória sensível poderia ser definida como “a presença latente no pensamento de muitos conhecimentos que ele mesmo não sabe possuir” (Gilson, 2006, p. 206). Dito com as palavras do próprio filósofo,

Os olhos dizem: “se eram coloridos, fomos nós que anunciamos”. Replicam os ouvidos: “se ressoaram, foram por nós comunicados”. Declara o olfato: “se tinham cheiro, passaram por mim”. Afirma ainda o sentido do gosto: “se não tinha sabor, nada me pergunte”. E o tato: “se não eram sensíveis, não as apalpei, e se não as apalpei, não as pude indicar” (Agostinho, 1987, p. 228).

Por sua vez, a memória intelectual expressar-se-ia como uma capacidade adquirida por meio do aprendizado e da prática constante do jogo de associações entre percepção e imagem, percepção e lugar. Através desses exercícios, a faculdade mnêmica do sujeito se alargaria e esse teria condições de guardar mais e mais conteúdos memoráveis. Para além disso, é conveniente observarmos que a memória intelectual não possui a mesma força de retenção que a memória sensível, posto que, conforme Agostinho, “as noções de literatura, de dialética, as diferentes espécies de questões e todos os conhecimentos que tenho a este respeito existem também na minha memória, mas de tal modo que, se não retivesse a imagem, deixaria fora o objeto” (Agostinho, 1987, p. 227). Para tornar inteligíveis conhecimentos como esses e, de modo extensivo, todos aqueles saberes qualificados como inatos, somos obrigados “a estender o conceito de memória a tudo o que o pensamento aprende” (Gilson, 2006, p. 206).

Portanto, o conceito de memória intelectual formulado por Agostinho acena para uma máxima que não deve ser negligenciada: por se localizar no íntimo de nossas percepções mnêmicas, a evocação das imagens e dos lugares de memória requerem treinamento e aprendizado.

Tese também endossada pelos filósofos antigos e medievais que praticavam a *arte da memória*. Vinculada à prática dos exercícios de retórica e dos jogos herméticos medievais, a arte da memória tem em sua gênese uma lenda. Narrada por Frances Yates

(2007), essa nos diz que, em um banquete, um nobre da Tessália chamado Escopas comemorava uma vitória. Esse nobre contratou o poeta Simônides de Ceos (556-468 a.C.) para cantar em versos sua conquista. Contudo, o poema entoado por ele incluiu alguns versos elogiando Castor e Polux. Quando terminou a apresentação, Escopas dirigiu-se ao poeta dizendo que só pagaria a metade do valor combinado e que ele cobrasse o restante aos gêmeos a quem ele oferecera os demais versos. Algum tempo depois, Simônides é avisado de que dois jovens queriam lhe falar e que o esperavam do lado de fora da casa. O poeta saiu e não encontrou ninguém. Durante sua ausência, a parte da casa onde se encontravam Escopas e seus convidados desmoronou e matou todos que lá estavam. Os cadáveres ficaram irreconhecíveis, sendo impossível realizar os funerais. Simônides foi chamado e conseguiu se lembrar do lugar onde cada pessoa estava à mesa. Feito isso, puderam, então, enterrar os mortos. Foi essa façanha que deu ao poeta Simônides de Ceos o título de inventor da *mnemotécnica*, a arte da memória.

Incluída em *De oratore*, a história de Simônides é evocada por Cícero para justificar a memória como uma das cinco partes fundamentais da retórica.<sup>6</sup> Ao lado dessa obra, outras duas descrevem as propriedades da mnemotécnica clássica como estando vinculadas aos jogos associativos de lugares e imagens (*loci e imagines*), são elas: o *Institutio oratoria*, de Quintiliano, e o texto anônimo *Retórica ad Herennium*. Em seu conjunto, tais livros fazem ressaltar que

O estudioso da história da arte clássica da memória deve sempre lembrar que essa arte pertencia à retórica, como uma técnica que permitia ao orador aprimorar sua memória, o que o capacitava a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável. E foi como parte da arte da retórica que a arte da memória viajou pela tradição europeia, sem ter sido jamais esquecida (Yates, 2007, p. 18).

De fato, da publicização do tratado de Cícero até o limiar do renascimento, inúmeros outros textos versando sobre os princípios mnêmicos e seu aprendizado vieram à luz. Postos lado a lado, eles constituem o *corpus* nuclear daquilo que convenientemente se denominou “mnemotécnica medieval”.<sup>7</sup> Tributária das ideias de filósofos influenciados pelo neoplatonismo, especialmente Marsilio Ficino e Pico della Mirandola, essa nova fase da arte da memória confere ao hermetismo um lugar de centralidade e tem na obra de Giulio Camillo um dos seus principais marcos de divulgação.

6. As outras quatro são respectivamente: o sentido, ou senso comum; a faculdade imaginativa; a cogitação, ou discurso; e a faculdade especulativa.

7. Para um maior aprofundamento acerca dessa temática, recomendamos a leitura da obra clássica *A arte da memória*, de Frances Yates, na qual a estudiosa trata do aprendizado da memória antes do advento da página impressa. Há também *The book of memory*, de Mary Carruthers, que ilustra a função da memória na sociedade medieval, destacando seu desdobramento até a modernidade. Por fim, há dois ensaios: *The art of memory reconceived: from rhetoric to psychoanalysis*, de Patrick Hutton; e *The art of memory and its relation to the unconscious*, de Jean-Philippe Antoine.

Fama adquirida graças à notoriedade alcançada por seu *Teatro da memória*,<sup>8</sup> alegoria cuja síntese remete ao projeto de uma grande enciclopédia do saber, capaz de abarcar “todas as coisas que a mente humana pode conceber, mas que não podemos enxergar com nossos olhos corporais” (Erasmus, p. 29-30 *apud* Yates, 2007, p. 174). Isto posto, Giulio Camillo concebeu um grande sistema de classificação hierarquizada e articulada do saber universal voltado a fazer com que os praticantes da arte da memória alcançassem seu domínio. Segundo suas concepções,

Sendo o Teatro, ao mesmo tempo, um sistema aberto aos movimentos e acréscimos do pensamento e do conhecimento, o praticante teria à sua disposição não só o caminho para o acesso e a posse de todo aquele tesouro, mas, principalmente, uma via de aperfeiçoamento pessoal que, passo a passo, fornecer-lhe-ia poderes, de início retóricos e, em seguida, espirituais, mágicos e divinos. (...) Assim, o Teatro de Camillo oferecia um itinerário para que o praticante aplicado de sua arte percorresse imagens e locais, textos e ideias, imagens e palavras que reverberariam e levariam a outras mais, escondidas ou secretas, numa rede inesgotável de relações, alusões, significações (Almeida, 2005, p. 13-14).

Ao adentrar no Teatro e seguir seu itinerário,<sup>9</sup> o praticante da arte da memória se depararia com um enorme e multivariado fluxo de informações relacionadas entre si, cuja potência hermética e de evocação lhe conferiria acesso imediato aos conhecimentos e mistérios do divino através “de suas manifestações na natureza, no homem e nas coisas, e no mundo que o homem fabrica” (Almeida, 2005, p. 37).

Com isso, o que se depreende é que, ao basear-se nos princípios clássicos da arte da memória – em cuja centralidade está o jogo associativo entre palavra e imagem; palavra e lugar –, o Teatro da Memória idealizado por Giulio Camillo constituía-se em um grande artifício mnêmico para os oradores. Ao funcionar como estrutura narrativa de evocação, cada imagem e cada lugar conferia ao sujeito da recordação um ponto de referência para organizar, de acordo com sua necessidade e habilidade, uma grande quantidade de informações e conhecimentos multivariados.

---

8. A representação do *Teatro da memória*, bem como suas derivações, alcançou grande popularidade na Europa entre os séculos XV e XVI, sobretudo através da obra de Giulio Camillo – *A ideia do teatro* (1552) – e de pensadores como Pico Della Mirandola (1463-1494); Marsílio Ficino (1433-1499) e Matteo Ricci (1552-1610), para os quais “o objetivo real de todas essas construções mentais [Teatro da Memória; Teatro do Mundo e Palácio da Memória] era o de oferecer espaços para a armazenagem dos milhares de conceitos que constituem a soma de nosso conhecimento humano” (Spence, 1988, p. 18).

9. De modo sintético, o projeto idealizado por Giulio Camillo pode ser descrito nos seguintes termos: um espaço inicialmente construído em madeira, projetado para uma ou duas pessoas frequentá-lo a cada vez, que se elevava basicamente sobre sete pilares a partir dos quais se erguiam sete degraus, divididos em sete alas representando os sete planetas. Em cada um dos seus graus ou degraus, encontravam-se alocados escaninhos, onde eram depositados textos notáveis, e penduradas em suas paredes imagens também notáveis. Ao espectador era reservado o centro do palco, em frente à disposição das sete medidas do mundo *in spettacolo*. Quem nele adentrasse visualizaria, espalhados em seus 49 degraus, ou locais, os pontos nucleares em que imagens textuais estariam articuladas a imagens visuais de forte apelo metafórico, cuja magia não só elevaria o escrito a uma dimensão visual e simbólica, como agiria sobre a memória, em movimento de recapitulação interior, intelectual e espiritual de outros textos já vistos. Esses locais e imagens promoveriam um espetáculo inimitável e memorável.

Estratégia de memorização e de apreensão do saber que, apesar do sucesso e longevidade, encontrou no advento da imprensa um marco impulsionador de seu declínio. Isto porque, no exato momento em que “a reprodução de materiais escritos começou a transferir-se da escrivania do copista para a oficina do impressor” (Eisenstein, 1998, p. 17), efetivaram-se também sensíveis reformulações nos métodos de coleta de dados e nos sistemas de armazenamento e recuperação do conhecimento bem como nas redes de comunicação utilizadas pelas comunidades cultas em toda a Europa.

De fato, o acréscimo acentuado da produção livresca, além de estimular a constituição de um mercado altamente competitivo em torno do objeto impresso, reduziu, a curto prazo, a importância dos processos de memorização do saber. Sob essa ótica, é plausível sugerir que a imprensa estimulou um movimento contrário ao que se estabelecia até então, qual seja: a passagem de uma cultura da imagem para uma cultura da palavra.

A partir desse momento, algumas transformações de ordens técnica e cultural agregaram um novo sentido à expressão “lugares de memória”. Imersos em contextos visivelmente mais complexos de produção, organização e apreensão do conhecimento, os sujeitos inscritos no limiar da cultura moderna tiveram que buscar respostas imediatas para lidarem com o fenômeno da *explosão informacional*. Não sem razão, além daquilo que já se mencionou acima, essa guinada em direção à cultura da palavra propiciou o surgimento de um grande número de obras de referência,<sup>10</sup> bem como a padronização de variados esquemas organizacionais, cuja viabilidade operacional não havia sido possível durante a “era dos manuscritos”. Nesse conjunto de mudanças, é possível incluir ainda a passagem da leitura “intensiva” para a leitura “extensiva”, prática que provocou significativas alterações no próprio formato dos textos.

Transformações às quais devemos somar, como consequência a longo prazo, o nascimento do periodismo, que acabou por acelerar o processo de enfraquecimento de instituições seculares como a corte e a Igreja, além de fomentar o esfacelamento de certos vínculos comunitários locais até então tidos como estáveis. Nessa mesma mirada, não é conveniente perdermos de vista que a consolidação do sistema de impressão com tipos móveis trouxe consigo não apenas um novo perfil de editores, posto que a eles imediatamente se aliaram revisores e bibliotecários, mas também todo um conjunto de trabalhadores do texto: indexadores, editores, catalogadores

---

10. Segundo Peter Burke (2002, p. 176), “às bibliografias logo se juntaram estantes de outros livros de referência. Tinham títulos tais como castelo, compêndio, *corpus*, catálogo, floresta, inventário, biblioteca, espelho, repertório, teatro ou tesouro, e ofereciam informações sobre palavras (dicionários), pessoas (dicionários biográficos), lugares (dicionários geográficos e atlas), datas (cronologias) e coisas (enciclopédias). Havia também coleções de muitos volumes de textos sobre tópicos específicos – leis, tratados, crônicas, decisões de concílios da Igreja, descrições de lugares exóticos feitas por viajantes etc.”

profissionais ou semiprofissionais e compiladores de enciclopédias. Sujeitos cujas funções laborais giravam em torno das estratégias de ordenamento do conhecimento, este cada vez mais disperso, e das tentativas de fazê-lo circular de modo cada vez mais dinâmico e sistemático.

Sendo assim, se até o momento da revolução impressa um indivíduo familiarizado com as artes da memória poderia organizar mentalmente grande parte dos conhecimentos constitutivos de uma dada área do pensamento, a realidade instaurada a partir do século XVI tencionou de tal modo as estruturas vigentes de produção, circulação, organização e apreensão do saber que essas práticas mnêmicas paulatinamente perderam sua fama e efetividade. No entanto, a força evocatória dos “lugares de memória” ainda permaneceu, chegando mesmo a ganhar outra configuração nos anos finais do século XIX e na primeira metade do século XX.

Transpondo as fronteiras atribuídas pelos retóricos antigos e filósofos da Idade Média, para os quais os lugares de memória remetiam a um jogo de associações mentais, no mundo contemporâneo essa expressão passa a designar marcos físicos e/ou simbólicos instituídos como recurso de articulação social e de representação coletiva. Mudança de concepção vinculada, por sua vez, a um modo distinto de compreender o funcionamento da própria memória. Se, até este momento, a definição básica de memória denotava a propriedade de conservar informações, imagens e sensações representadas como passadas, contemporaneamente essa passa a assinalar um trabalho coletivo de elaboração do tempo e da história cujos contornos estão sujeitos a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Reorientação conceitual cujos fundamentos amparam-se em estudos multidisciplinares – filosofia, psicologia, história e sociologia por exemplo – centrados em demonstrar que o gesto mnêmico não se constitui apenas como uma faculdade intersubjetiva, posto que, enquanto seres sociais, nos valem de índices de significação e de referências compartilhadas coletivamente para delinear nossas próprias lembranças. Dito de outra maneira: embora o indivíduo seja concebido como o agente do ato de lembrar, a natureza daquilo que é lembrado se faz profundamente marcada pelo que compartilhamos com os outros, de modo que nossas lembranças são sempre o substrato mnêmico de um passado formulado intersubjetivamente associado às experiências práticas, simbólicas e afetivas que vivenciamos por meio das relações que mantemos com outras pessoas.

De acordo com essa proposição, a memória passa a ser concebida como algo que marca e estabelece pontos de convergência entre um eu individualizado e certos referentes socioculturais compartilhados coletivamente. Ao fazer isso, ela acaba por possibilitar a emergência de laços de solidariedade que instituem um lugar no mundo tanto para o sujeito que recorda quanto para o grupo que lhe permite experienciar um sentimento de pertença. Assim, a afirmação de que a memória é

coletiva baseia-se no pressuposto de que nossas percepções individuais do passado estão sempre correlacionadas a quadros de sentidos estruturados com aporte das experiências sociais que tecemos no âmbito da esfera coletiva.<sup>11</sup>

Quadros referenciais ganham visibilidade simbólica e espacial a partir do movimento contemporâneo de promulgação de novos sentidos engendrados como qualificadores dos “lugares de memória”.<sup>12</sup> Agora, esses lugares podem ser definidos como instâncias de referenciação que congregam em torno de si duas funções básicas: *demonstrar* que a constituição de discursos mnêmicos é um fenômeno estruturado socialmente e *reforçar* a tese de que a memória resiste às reduções impostas pelos enunciados contemporâneos que defendem o fim da história e a desarticulação das interações forjadas no nível do social.

Isso porque todo lugar de memória possui, a um só tempo, três dimensões: uma *material*, cujos contornos demográficos se postam como representantes dos anseios e das necessidades de uma coletividade específica; outra de caráter *simbólico*, que retrata um acontecimento experienciado ou imaginado por indivíduos em interação; e, por fim, uma *funcional*, que garante a cristalização/condensação das lembranças e sua transmissão bem como a edificação de laços de sociabilidade enraizados seja no concreto, seja no espaço, seja no gesto, seja na imagem, seja no objeto. Potencialidades que circunscrevem arquivos, museus, monumentos históricos, datas e celebrações públicas, tumbas funerárias, ruínas de guerras e de impérios, coleções públicas e privadas, edificações pagãs e templos religiosos, apenas para citar alguns exemplos.

Guinada enunciativa que traz consigo mais um elemento capaz de lançar luz sobre os discursos mobilizadores da onda predatória instaurada pelos grupos terroristas aqui evidenciados. Ao atacar todos aqueles “patrimônios da humanidade”, os jihadistas estavam destruindo os lugares de celebração da memória de um povo, esfacelando assim sua cultura e produzindo múltiplos hiatos em suas narrativas históricas. Ações cujo efeito mais preocupante é a dissolução dos laços de identi-

---

11. Essa noção de *memória social estruturada relacionalmente* faz referência direta aos trabalhos do sociólogo Maurice Halbwachs – *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925) e *La mémoire collective* (1950) – segundo os quais a memória forjada coletivamente “tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles serem indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (Halbwachs, 1925; 1950 *apud* Halbwachs, 2006, p. 51) – e ao estudo pioneiro, no Brasil, de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembrança de velho* (1979). Nesse sentido, para ambos, a memória é elaborada através dos processos que promovem a interação das rememorações dos indivíduos no seio de uma esfera coletiva. Em outras palavras: as lembranças são resultado das relações das pessoas entre si, não podendo ser apenas uma aptidão pessoal. A constituição do sujeito da memória se daria, pois, no confronto das imagens pessoais com o “outro”, num processo contínuo de transformações e mudanças. Em síntese: a memória não pode ser, portanto, um constructo exclusivamente individual porque contém as lembranças anteriores do grupo.

12. Expressão cujo sentido contemporâneo foi definido pelo historiador francês Pierre Nora, que entre os anos de 1984 e 1992 esteve à frente da organização da coletânea *Les lieux de mémoire*. Obra em sete volumes cujo objetivo principal era demonstrar que o movimento de socialização dos repertórios mnemônicos na contemporaneidade está diretamente relacionado à sua força de impregnação em marcos físicos e simbólicos responsáveis por promover uma espacialização da memória, inserindo-a, assim, no âmbito das estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento de si e da coletividade por ela referenciada.

ficação que interconectam os sujeitos do presente às gerações que lhes conferiram um passado comum e formas distintas de agregação social. Dessa feita, não é sem razão que as bibliotecas se notabilizem como alvos constantes de ações extremistas, fato que se deve, conforme demonstraremos a seguir, à sua dupla vocação mnêmica.

### **3 DE LIEUX DE MÉMOIRE A ESPAÇOS SOCIAIS DE MEMÓRIA: AS BIBLIOTECAS E SUA DUPLA VOCAÇÃO MNÊMICA**

*Lugar de memória, depósito de livros, templo do saber, espaço de leitura, catedral do conhecimento e refúgio das musas*, tais acepções são algumas das muitas representações simbólicas constantemente evocadas para se fazer menção às bibliotecas. Instituições que ocupam um lugar de destaque no imaginário coletivo, configurando-se, graças à sua historicidade e funções sociais, em polos edificadores de referenciais mnêmicos compartilhados relacionalmente.

Criadas com o propósito de abarcar, organizar, preservar e disseminar os elementos simbólicos e os insumos de conhecimentos concebidos por nosso fazer racional, as bibliotecas qualificam-se como domínios de memória coletiva porque, segundo Alfredo Serrai (1975), congregam em torno de si as experiências existenciais, científicas e culturais do lugar onde se inserem. Elas funcionam, assim, como um terceiro referente mnêmico, ao lado da memória biológica, que pertence à espécie, e da memória cerebral, que pertence ao indivíduo. Inscritos sob a forma de documento, os acervos reunidos em uma biblioteca requerem organização e meios específicos para sua preservação e disseminação, tendo-se em vista garantir amplo uso por parte de todos aqueles que contribuem para seu processo constitutivo. De modo mais preciso: captar, manter sob guarda e compartilhar o conhecimento do mundo e de nós mesmos são alguns dos poderes (e perigos) que as bibliotecas nos oferecem.

Sendo assim, se a memória é capaz de distender conceitos duros e de reevocar não simplesmente o passado, mas o passado que prometia, as bibliotecas se configuram como espaços onde o homem, sua herança cultural, seu patrimônio simbólico, seus substratos de conhecimentos e sua memória social se mesclam na tentativa de superar o esquecimento e se preservarem futuro adiante. Características que lhes outorgam o *status* de lugares de continuidade e de propagação da história em tempos e espaços específicos. Não por acaso, toda biblioteca é, ao menos à primeira vista,

O teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor do conhecimento, a serviço da coletividade inteira (Jacob, 2001, p. 9).

Alquimia complexa, mas que pode ser apreendida por vários ângulos de observação: como instrumento de representação social; enquanto espaço de disputas políticas e ideológicas; pela participação que assumem no processo de conformação dos sistemas educativos; bem como pela responsabilidade que possuem junto às dinâmicas de preservação, organização e disseminação do conjunto de referências materiais e imateriais que constituem e qualificam nossa memória social e nosso patrimônio informacional.

Isso posto, naquilo que se refere ao último ponto de observação listado, seus contornos se fazem mais claros quando atentamos para a dupla vocação mnêmica que justifica a inserção das bibliotecas na categoria dos lugares de memória. Isto porque, assim como outros espaços de recordação, essas instituições legitimam-se socialmente, conjugando em torno de si referências materiais e simbólicas de representação e de espacialização da cultura e de sua historicidade. Referências que, por sua vez, acenam para modos coletivos e intersubjetivos de produção e apropriação da memória.

No primeiro caso, o que está em jogo são as estratégias de condensação em certas estruturas materiais ou modos de ação prática daquele conjunto de enunciados de evocação que povoam e alimentam a constituição de uma memória compartilhada coletivamente entre seus usuários e leitores. Ideológicos por natureza, os índices acionados no cerne dessa disputa entre lembrança e esquecimento estão sujeitos a flutuações no tempo e às instâncias de poder que buscam legitimá-los histórica e socialmente. Sendo assim, não é sem razão que o foco desse movimento recaia sobre o acervo, o prédio, os serviços e/ou as ações que sinalizem para um discurso de representação específico acionado por uma biblioteca singular.

Estamos falando então de um artifício de lembrança edificado e cristalizado em amplos repertórios de significação, cujos elementos desencadeadores são os fatos históricos, as correntes ideológicas, as diretrizes políticas, os pressupostos simbólicos e as manifestações culturais que se materializam nelas e/ou em torno delas. Ou seja, trata-se de um dispositivo de memória construído espacial e temporalmente que não tem por referência a satisfação e os desejos de um sujeito específico, mas sim uma preocupação com a salvaguarda dos insumos de informação, cultura e conhecimento responsáveis por orientar e conferir sentido às percepções de mundo daqueles que demarcam as funcionalidades e os modos de atuação de uma dada biblioteca, postando-se, pois, como “senhores da memória e do esquecimento”.

Com isso, o acervo em si ou suas derivações em coleções especiais; a realização de visitas guiadas às suas dependências; a concepção de exposições relacionadas à uma obra específica ou sobre a vida de personalidades que frequentaram seus espaços; além da constante busca por revitalização de sua infraestrutura arquitetônica são algumas das muitas estratégias utilizadas por bibliotecas e gestores institucionais

para promover graus variados de identificação com a realidade espaço-temporal da comunidade onde estas estão inseridas.

Contudo, há ainda uma segunda dimensão que nos permite pensar as relações estabelecidas entre biblioteca e memória. Estamos falando das referências intersubjetivas evocadas por diferentes sujeitos no momento em que estes são convocados a analisar o poder de afetação<sup>13</sup> que essas instituições exercem sobre suas vidas individuais. Influência que se mostra diretamente imbricada às interações e práticas de sociabilidade<sup>14</sup> vivenciadas de maneira particular por cada sujeito no âmbito de tais espaços. Ponto de contato que pode ser estreitado tanto a partir do uso das coleções e serviços formatados por cada biblioteca quanto através das experiências trocadas entre os muitos agentes que conferem dinamicidade às ações por elas desenvolvidas.

Portanto, se no primeiro caso a relação entre biblioteca e memória institui-se tendo por referência vestígios e discursos de lembrança selecionados com o objetivo de tecer uma trama mnêmica que englobe projetos ideológicos e representações culturais específicos, essa segunda modalidade de apreensão acena para um movimento de legitimação da memória centrado nos sujeitos, dando-se a ver, assim, como resultado das diferentes formas de negociação de sentido que cada um deles impõe a esses marcos de recordação.

De acordo com essa prerrogativa, entender que as bibliotecas são instâncias de mediação e elaboração intersubjetiva da memória requer pensá-las não apenas como lugares nos quais certas representações coletivas ganham forma e se cristalizam. Mais que isso, requer encará-las como espaços vivenciais onde nossa cultura e seus substratos histórico-sociais são constantemente tensionados e transformados. Nessa mirada, o essencial não é desvelar os motivos que resultaram na composição de um acervo ou um conjunto de serviços específicos, mas sim os distintos usos que lhes são atribuídos pelos usuários. Dito com outras palavras: o importante é considerar a mescla entre valores, desejos e necessidades particulares que levam determinado sujeito a frequentar espontaneamente tais lugares. Não só frequentar,

---

13. A expressão “poder de afetação” refere-se aqui a um processo de descontinuidade suscitado por algum acontecimento que estimule nossas experiências perceptivas, sendo mais preciso, àquilo que “instaura uma descontinuidade na experiência dos sujeitos e movimenta o estado de coisas vigentes, bem como o posicionamento dos sujeitos afetados” (Simões, 2012, p. 92).

14. Conceito que faz remissão direta aos trabalhos do sociólogo alemão Georg Simmel (2006), para quem as formas interativas são elos que unem singularidades distintas em uma unidade funcional denominada de sociedade. Segundo esse pressuposto, tal potencial de agregação só poderia ser apreendido e “formalizado” – no sentido de ganhar um conteúdo perceptível – se existisse entre as singularidades agregadas em sociedade o sentimento de “estarem socializados”. Isso significa dizer que um mundo social só se constitui onde os projetos de socialização – impulsos, motivos, interesses, desejos e objetivos – dos indivíduos podem ser expressos como modalidades autônomas de interação, denominadas por ele de *sociabilidade*.

mas criar laços de enraizamento<sup>15</sup> e estabelecer relações interativas que permitam a cada indivíduo apreender intimamente as razões e os pontos de referência prática, simbólica e afetiva que interconectam sua história de vida à história e à cultura do grupo social ao qual está vinculado.

Ao fomentarem o encontro entre as referências pessoais de cada sujeito e o universo mais amplo das representações que modulam a própria vida social, as bibliotecas transformam-se em territórios privilegiados para que possamos experimentar o sentimento de pertencer a um grupo portador de histórias e memórias compartilhadas coletivamente. Em um segundo plano, esse encontro também nos torna aptos a expressar nossa individualidade por meio de discursos e ações reveladores de uma maneira muito particular de interação com o espaço, o acervo e os serviços disponibilizados por tais instituições, tal qual com os diferentes indivíduos com os quais, a partir delas, estabelecemos algum tipo de contato.

Atributos que não são exclusivos de alguns tipos específicos de biblioteca – as públicas e as nacionais por exemplo. Embora seja por meio delas que essa dupla vocação mnêmica se faça observar com maior intensidade, esse potencial evocativo também serve como marco orientador das ações desenvolvidas por algumas bibliotecas especializadas, universitárias e/ou institucionais. Eis o que evidenciaremos a seguir, tendo como objeto de exemplificação o trabalho de produção e de preservação da memória institucional desenvolvido pela UFMG e por sua Biblioteca Central.

#### **4 A BIBLIOTECA CENTRAL DA UFMG COMO LUGAR DE URDIDURA DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE**

A Universidade Federal de Minas Gerais, fundada oficialmente em 1927, é detentora de um rico acervo de obras de arte, raridades bibliográficas, trabalhos e relatos oriundos de pesquisas, documentos históricos, artefatos e objetos museais cuja totalidade aponta para um movimento constante de produção e celebração de sua memória institucional. Atividade de estruturação mnêmica que ganha visibilidade acadêmica no ano de 1981, quando se inicia a reunião, o tratamento e o envio desses fundos e coleções para o recém-inaugurado prédio de sua Biblioteca Central. Àquela época, decidiu-se que, além de abrigar as coleções de obras raras e especiais espalhadas pelas diversas unidades universitárias, a biblioteca se responsabilizaria pela criação e desenvolvimento do projeto “Memória Intelectual”, focado exclusivamente em “coletar, normalizar, organizar e divulgar não só

---

15. Formulada por Simone Weil (1996; 2001), a noção de enraizamento expressa uma forma de estar no mundo. Diz de um conjunto de atividades e experiências de subjetivação que conferem estabilidade e sentido à interação coletiva bem como às marcas de individualidade que atravessam cada sujeito. Desta feita, os “seres” enraizados são aqueles que enriquecem as práticas da comunidade e fortalecem suas raízes; e que participam de grupos cuja herança do passado alimenta a gramática simbólica moduladora de uma dada noção de cultura. Uma cultura que impede a desagregação dos cidadãos e a paralisia do conhecimento. Em síntese, o que aqui se denomina de enraizamento refere-se ao conjunto de experiências intersubjetivas e de ações concretas que buscam recriar o mundo através de práticas sociais transformadoras.

as teses, mas a produção científica, cultural e informativa da UFMG” (Borges, 1987, p. 169).

Nesses termos, e adotando como ponto de partida as disposições anteriormente apresentadas, voltaremos nosso olhar para as ações desenvolvidas pela Biblioteca Central da UFMG tendo-se em vista dois objetivos claramente demarcados: assinalar por que os acervos, as coleções e os objetos sob sua responsabilidade a enquadram na categoria dos “lugares de memória” e descrever as estratégias institucionais que têm sido empreendidas em prol da preservação, disseminação e acesso a esse conjunto de referentes mnêmicos.

Conforme apontado anteriormente, os “lugares de memória” são marcos físicos e/ou simbólicos cujas funcionalidades se mostram diretamente vinculadas aos processos de elaboração, condensação e transmissão de discursos/narrativas mnêmicas cuja pregnância social revela um jogo complexo de assimilações e dissociações das representações por eles engendrados. Sendo assim, e tendo por referência esse enunciado, nos perguntamos: Que atributos qualificam a Biblioteca Central da UFMG como “lugar de memória”? Que narrativas de recordação ganham visibilidade a partir de seus acervos e coleções? O que e quem tais narrativas representam?

Sem ter a pretensão de esgotar todas as respostas possíveis para essas questões, podemos sinalizar de imediato que, tal como qualquer biblioteca, a Biblioteca Central da UFMG congrega em torno de si elementos constitutivos e representativos de pelo menos duas grandes narrativas de recordação: a primeira responde à preocupação da universidade com sua inserção em um plano mais geral da cultura, sobretudo a cultura bibliográfica, razão pela qual mantém sob sua guarda um vultoso conjunto de obras raras e coleções especiais. Por seu turno, a segunda narrativa, amparada pela Coleção Memória, celebra os fatos, os personagens e a produção intelectual responsável por conferir à entidade um lugar de destaque no cenário político, cultural e educacional tanto na esfera local quanto nas esferas nacional e internacional. Com isso, e visando outorgar maior poder de sustentação aos nossos argumentos, passamos agora a uma descrição mais detalhada das duas coleções aqui em voga, quais sejam: *Obras Raras e Especiais* e *Coleção Memória*.

A *Coleção de Obras Raras e Especiais* da UFMG<sup>16</sup> vem sendo constituída ao longo do tempo mediante aquisições e doações. Nos dias atuais, o acervo total

---

16. As informações aqui apresentadas foram fornecidas pela bibliotecária Diná Marques Pereira Araújo, responsável pelo setor e a quem agradecemos enormemente pela colaboração. Também serviu de fonte o catálogo da exposição “Obras Raras da UFMG”, organizada em 2007 sob curadoria do professor da ECI/UFMG, Paulo da Terra Caldeira.

compreende 67.147 exemplares,<sup>17</sup> incluindo-se aí obras que datam do século XVI ao XX, cuja organização se subdivide nas coleções seguintes.

- Coleção Geral: composta por obras das áreas de literatura, história, filosofia, religião, ciências biológicas, ciências médicas e viagens publicadas do século XVI ao XX e por impressos provenientes da Tipografia Real, do período de 1808 a 1821.
- Coleção de Referência: constituída por dicionários, repertórios biográficos e bibliográficos, gerais e especializados, além de obras temáticas sobre história do livro e da imprensa.
- Patrologia Migné: formada por itens bibliográficos que versam sobre filosofia patrística, editadas em latim (222 volumes) e em grego (170 volumes).
- Coleção Camilliana: reúne romances, novelas, poesias, peças teatrais e outros escritos de Camillo Castello Branco em suas várias edições e, ainda, livros em colaboração, traduções, comentários, panfletos, artigos, fac-símiles de correspondências e estudos sobre o autor publicados em livros ou em periódicos.
- Coleção Luiz Camilo de Oliveira Neto: inclui obras raras e preciosas sobre economia, direito e história publicadas do século XVI ao XX. Em seu conjunto, destacam-se livros oriundos da Impressão Régia; a Coleção Rui Barbosa; obras de viajantes estrangeiros que percorreram o Brasil nos séculos XVIII e XIX; e relatos técnico-científicos elaborados por comissões governamentais.
- Coleção Linhares: formada por 1,1 mil títulos de revistas e jornais publicados em Belo Horizonte no período de 1894 a 1956.
- Coleção Arduíno Bolívar: composta por obras de linguística, literatura e história referentes ao período de 1601 a 1960.
- Acervo Curt Lange: constituído por livros raros, manuscritos, originais de trabalhos científicos, correspondências, fac-símiles, cópias de partituras e edições de música latinoamericana dos séculos XVIII e XIX, registros audiovisuais, instrumentos musicais, mobiliário, equipamentos técnicos, material iconográfico, fotografias, negativos e filmes de reconhecida importância musicológica e histórica.

---

17. Desse total, 44.798 itens estão catalogados e disponíveis no catálogo *online* da biblioteca. O restante – 22.349 exemplares – está em processo de conservação e catalogação. É importante frisar que todos os livros da Divisão de Coleções Especiais datados entre os séculos XVI e XIX receberam tratamento de conservação preventiva e foram catalogados.

Em seu conjunto, os referentes testemunhais e de evocação mnêmica dessas coleções transpõem os limites da universidade, haja vista modularem uma memória generalista amparada por dois discursos de recordação: no primeiro caso, cada um desses itens se converte em ativos estratégicos de representação histórica, educacional, política e cultural. Soma-se a isso, em um segundo plano, a capacidade que tais dispositivos de lembrança possuem de traduzir seus donos, de convocar e divulgar a história daqueles que, em tempos e espaços específicos, processaram sua reunião, organização e preservação. Talvez em função disso, um de seus reitores tenha afirmado certa vez que:

O Acervo de Obras Raras da Universidade Federal de Minas Gerais exemplifica o compromisso dessa instituição com os bens culturais que sinalizam, cada um à sua maneira, o permanente esforço de homens e mulheres por dotar de sentido e significado, ao longo da história, a frágil aventura humana (Pena *in* Obras..., 2007, p. 3).

Tomando por referência a afirmativa de que os itens preservados na Coleção de Obras Raras e Especiais possuem a capacidade de dotar de sentido e significado “a frágil aventura humana”, o que se vê através da Coleção Memória é um movimento muito similar, uma vez que em sua centralidade estão inscritos os distintos modos de estruturação e narração da memória institucional da universidade.

Preocupação que, conforme já apontado, começa a se efetivar em termos de ações práticas no início da década de 1980, quando a UFMG institucionaliza junto à Biblioteca Central um projeto voltado para organização de sua “Memória Intelectual”. Desde então, esse espaço de recordação vem ganhando notoriedade como o lugar onde se preservam os acervos bibliográficos (teses, dissertações, relatórios, catálogos, manuais etc.) e não bibliográficos (fotografias, diplomas, plantas, medalhas, quadros, togas, mobiliários, peças decorativas, dentre outros) responsáveis por conferir visibilidade aos sujeitos, histórias e acontecimentos memoráveis de sua trajetória acadêmica. No total, a Coleção Memória possui, nos dias atuais, um montante de 36.478 itens, quantitativo ao qual devem ser acrescentados os exemplares inscritos na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da UFMG, algo em torno de 27 mil documentos.

No contexto da Coleção Memória, merecem destaque a reunião dos volumes da Revista da Universidade de Minas Gerais, cujo primeiro número data de 1935; toda a publicação da Editora da UFMG bem como todos os exemplares do *Boletim UFMG*. Itens aos quais deve ser somada a coleção de memoriais defendidos por quase trezentos professores que, ao passarem em revista seus percursos acadêmicos, acabam refletindo sobre a história geral da instituição. Cumprem essa função também – e com certo destaque – as teses e as dissertações que integram a BDTD e o Arquivo da Assessoria Especial de Segurança e Informações (Aesi/UFMG).

No caso da BDTD/UFMG,<sup>18</sup> seu objetivo principal é disponibilizar para as comunidades internas e externas à universidade a produção científica oriunda dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de suas diversas unidades acadêmicas. Inclui registros correspondentes a textos completos digitalizados em formato PDF, partes de textos devidamente autorizados pelos autores ou referências e resumos referentes a teses e dissertações, proporcionando rapidez e facilidade de busca e acesso. Ressalta-se que o projeto foi criado de forma integrada com o Sistema Unificado do Processo de Obras (Sistema Opus), responsável pela gestão da produção científica de toda a UFMG.

Por sua vez, na coleção Aesi/UFMG, cujos itens arquivados são provenientes das atividades de comunicação empreendidas entre a Reitoria e a Assessoria Especial de Segurança e Informações, predominam documentos relacionados à vida administrativa da universidade, associados a outros materiais nos quais se encontram listas com nomes, endereços, pedidos de busca, cartas de denúncia, além de cartazes e folhetos de protesto apreendidos e reunidos entre os anos de 1964 e 1982. Numericamente, esse arquivo é constituído por 39 caixas, às quais se devem somar outras duas que guardam documentos relacionados à transferência do Arquivo Aesi para a Coleção Memória da UFMG bem como seu inventário e a descrição das normas de acesso e pesquisa ao acervo. Isto posto, em termos de referencial mnêmico, é preciso frisar o seguinte:

A UFMG é uma das poucas universidades do país que manteve seus arquivos relacionados à Ditadura. (...) Esses documentos são uma pequena, porém significativa mostra do poder e da ação do estado autoritário em nossa sociedade. Certamente ainda há muito a ser descoberto sobre este período da nossa história a partir da pesquisa deste acervo, e por isso preservá-lo é de extrema importância, não só para a história da UFMG, mas também, e principalmente, para a história do Brasil (Araújo e Ferreira, 2012, p. 69).

Tomado em sua especificidade, o Arquivo Aesi, juntamente com a BDTD e os outros itens inscritos na coleção “Memória Intelectual”, acena para um movimento de construção da memória cujo ponto nodal prefigura sujeitos e relações de força instituídos e operacionalizados no interior da própria vida acadêmica. Sendo assim, devem ser considerados como o produto de uma conjunção de anseios e visões de mundo que refletem a um só tempo seu projeto institucional e sua força de afetação social. Acrescentemos a isso a certeza de que esses substratos de memória

---

18. A BDTD/UFMG está sendo implantada a partir de um projeto piloto, envolvendo a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, os programas de pós-graduação em ciência da informação e em linguística, a biblioteca universitária e o laboratório de computação científica, conforme orientações de convênio específico com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que por sua vez articula-se com a Virgínia Technology University, dos Estados Unidos. Inicialmente estão sendo disponibilizadas na BDTD teses e dissertações dos programas de pós-graduação em ciência da informação e em linguística. Os demais programas de pós-graduação da universidade deverão aderir paulatinamente ao projeto, depositando suas teses e dissertações de acordo com o planejamento e as orientações da Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

buscam representar interna e externamente o que a UFMG foi, o que ela é e o que pretende vir a ser. Isto porque

A memória é um elemento primordial no funcionamento das instituições. É através da memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento. Há um processo seletivo que se desenvolve segundo regras instituídas e que variam de instituição para instituição. Tendo em vista que as instituições funcionam em rede no campo social, o limite de uma instituição é outra instituição. E as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais. A memória institucional está em permanente elaboração, pois é função do tempo. (...) A memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como *mimesis*, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas. É também uma memória histórica, efeito dos condicionamentos e das formações históricas (Costa, 1997, p. 145-146).

Razão pela qual esses repertórios mnêmicos devem ser organizados, preservados e disseminados para o maior número possível de sujeitos que queiram acessá-los. Mas como fazer isso? Reformulando a pergunta: através de quais ações a UFMG e sua Biblioteca Central têm atuado em prol da reverberação das narrativas edificadas em seus espaços de recordação? Como vimos, além da coleta, do tratamento técnico e da garantia do acesso público às suas coleções e artefato de memória, a UFMG têm investido em projetos que visam ampliar o diálogo com a sociedade e dar maior visibilidade aos documentos, informações e representações presentificadas em seus repertórios de memória institucional através da manutenção de produtos e serviços colaborativos e digitais.

Prerrogativa que serviu de argumento orientador para criação e manutenção, desde 2012, do Colaboratório Digital da UFMG,<sup>19</sup> dispositivo virtual que visa agregar iniciativas colaborativas relacionadas à produção, cultura e memória institucional da universidade. Em linhas gerais, o portal funciona desta forma:

Um espaço digital dotado de produtos e serviços dedicados à colaboração acadêmica que visa potencializar o desenvolvimento e a experimentação de novas abordagens e produções acadêmicas colaborativas, modelos inovadores de comunicação e divulgação científica e ferramentas de pesquisa e de interação na interface Universidade-Sociedade (Coordenadoria..., 2012).

---

19. Colaboratório é um termo cunhado em 1989 pelo cientista da computação William Wulf para destacar as transformações aportadas à produção científica contemporânea devido à presença maciça das TICs em rede. Nesse contexto, os colaboratórios permitem que os pesquisadores possam compartilhar dados e informações provenientes de bases informacionais de interesse comum e recursos computacionais mesmo estando dispersos em distintas áreas do conhecimento e países. Através desse compartilhamento, podem produzir conhecimentos de interesse comum sem as restrições de temporalidade ou de espaços físicos típicos dos rituais sincrônicos de ações acadêmicas desta natureza. Para mais informações sobre o Colaboratório Digital da UFMG, recomenda-se o acesso ao seguinte endereço eletrônico: <<https://goo.gl/hibTdg>>.

Gerenciado pela Diretoria de Governança Informacional da universidade em parceria com seu Sistema de Bibliotecas, o Colaboratório Digital da UFMG disponibiliza para acesso público e gratuito os seguintes dispositivos digitais: o UFMG Tube, o Repositório Digital, a Agenda In, o Museu Virtual Saberes Plurais e, ainda em fase de construção, o Dicionário Biográfico da UFMG. Como se verá a seguir, todos esses empreendimentos estão subsidiados por dois princípios claramente demarcados: a importância que a universidade confere aos sujeitos, acontecimentos e representações responsáveis por modular sua história e a premência do acesso aberto à informação enquanto estratégia de socialização e valorização dessa mesma história.

Direcionado por essas premissas, o UFMG Tube,<sup>20</sup> canal de autoarquivamento de vídeos digitais interativos, tem por objetivo diversificar as fontes científicas, culturais e sociais de divulgação que integram a ciberinfraestrutura de pesquisa na UFMG. Para tanto, busca fomentar a aproximação entre a comunidade acadêmica e a sociedade através de relatos pessoais autocentrados nos seguintes pontos de reflexão: trajetória acadêmica e vida pública, histórias de vida e o trabalho científico, a universidade e os desafios contemporâneos por ela enfrentados e também a inserção da UFMG no contexto dos debates de certas temáticas emergentes que põem em confluência tanto pesquisadores renomados quanto cidadãos comuns.

Por sua vez, o Repositório Digital<sup>21</sup> pode ser caracterizado como um dispositivo de armazenamento e disseminação de documentos digitais produzidos em decorrência das atividades de pesquisa, ensino e extensão conduzidas no contexto de toda a universidade. Em seu conjunto, o conteúdo do repositório compõe-se por coleções de materiais em formato eletrônico provenientes das rotinas empreendidas pelo corpo docente, discente e administrativo da UFMG, somados aos itens procedentes de alguns órgãos externos com os quais a universidade colabora.

Tendo-se em vista a aproximação da universidade com a comunidade externa, o projeto Saberes Plurais – Museu Virtual<sup>22</sup> busca distender os espaços de produção, difusão e compartilhamento de dispositivos multimodais dedicados ao imaginário e às oralidades populares com o propósito de ampliar sua inserção nas esferas “oficiais” de legitimação do conhecimento e da memória a partir do resgate das histórias de vida e do olhar em perspectiva de cidadãos comuns. Constituiu-se, pois, em um fórum de iniciativas acadêmico-populares dedicado à formação humana, à pesquisa, à geração de recursos informacionais e à divulgação de ações destinadas ao registro do patrimônio imaterial e à sustentabilidade dos modelos

20. Disponível em: <<https://goo.gl/vq34LA>>.

21. Conferir em: <<https://goo.gl/kjL9ap>>.

22. Uma caracterização mais detalhada do projeto e de seus objetivos está disponível para consulta em: <<https://goo.gl/IEBzL6>>.

comunitários de criação artística e elaboração simbólica, tomando como referência o fortalecimento da cidadania cultural. Dessa feita, o programa apoia o trabalho de artesãos e artistas populares tanto por meio da democratização da informação quanto através da consolidação de metodologias que estimulem a autonomia esclarecida dos cidadãos na construção de suas narrativas e práticas vivenciais.

A AgendaIN<sup>23</sup> é outra ação que tem por prerrogativa a democratização da informação. Trata-se de uma agenda colaborativa *online* dedicada à divulgação de colóquios, seminários e congressos que mobilizam a vida universitária nas mais distintas unidades da UFMG. Seu diferencial em relação aos outros dispositivos é o fato de ser atualizada essencialmente por meio das contribuições advindas da comunidade acadêmica.

Por fim, como iniciativa vinculada aos preparativos de seu nonagésimo aniversário, a universidade deu início à produção do *Dicionário biográfico da UFMG*.<sup>24</sup> Sob o lema “Trajetórias que fazem a diferença”, o dicionário pretende repertoriar a biografia de atores sociais cujas trajetórias de vida mantêm íntima confluência com a história da UFMG (pesquisadores, artistas, professores, alunos, funcionários), visando ampliar o quadro de referências constitutivas de sua memória institucional bem como evidenciar, por meio da redação colaborativa e *online* de cada verbete, as contribuições da universidade para a sociedade brasileira.

Nesses termos, da forma como foram concebidas, essas cinco iniciativas acenam para um processo de reorientação dos modos de seleção e disseminação do conjunto de referentes instituídos como insumos de representação mnêmica da universidade. Isto porque, se até o ano de 2012 o objetivo principal do “Projeto Memória Institucional” era a reunião e a organização em um mesmo espaço – a Biblioteca Central – dos insumos materiais alçados como dispositivos de lembrança dos grandes acontecimentos e personalidades que marcaram a vida acadêmica. No momento contemporâneo, percebe-se um deslocamento em direção aos sujeitos (professores, alunos, funcionários, representantes da comunidade externa, entre outros) e à forma como esses entrelaçam suas biografias individuais às experiências por eles vivenciadas junto à UFMG.

Constatação que nos permite ressaltar aquilo que anteriormente denominamos de dupla vocação mnêmica das bibliotecas. Tendo por referência o trabalho desenvolvido pela Biblioteca Central da UFMG, podemos caracterizá-la, de início, como um lugar de memória cujos atributos físicos e simbólicos preconizam a tessitura de certas narrativas de recordação ancoradas nos projetos políticos e nas percepções de mundo daqueles que demarcam suas diretrizes de funcionamento e os modos

---

23. Pode ser acessada através deste endereço eletrônico: <<https://goo.gl/MZXNQQ>>.

24. O desenvolvimento dessa ação pode ser acompanhado acessando-se o seguinte endereço eletrônico: <<https://goo.gl/HGwxDD>>.

de atuação de toda a universidade. Trata-se, pois, de uma memória ideológica que sofre interferência direta das instâncias de poder que buscam legitimá-la histórica e socialmente.

Contudo, quando esses “outros sujeitos” entram em cena, esse mesmo lugar de memória passa a abarcar novos discursos de lembrança, tencionando ou ratificando aquilo que outrora havia sido estabelecido como marco de representação. Mais democrática e abrangente, essa segunda perspectiva de modulação da memória dá-se a ver, pois, como o resultado das distintas formas de negociação de sentido empreendidas por cada uma das muitas vozes enunciativas que conferem dinamicidade à vida acadêmica e acabam por justificar a validade social da universidade bem como das atividades e dos conhecimentos por ela desenvolvidos.

Com isso, torna-se evidente que a memória institucional produzida através do entrelaçamento dessas duas frentes de atuação coordenadas pela Biblioteca Central e pela Diretoria de Governança Informacional ganha dialogicamente novos contornos e atores, ampliando assim sua capacidade de representação social e de pregnância na vida dos sujeitos que com a universidade travam contato. Movimento que, por sua vez, pode vir a ressoar para além das fronteiras institucionais, incitando a sociedade a mobilizar-se em prol da salvaguarda das memórias coletivas, bem como para apoiar a descentralização e quebrar os monopólios nos processos de produção e circulação do conhecimento e da cultura.

Temos aqui, então, mais um argumento capaz de elucidar por que as bibliotecas e as universidades têm sido atacadas por grupos extremistas: enquanto dispositivos de memória, de cultura e de conhecimento, esse diálogo estabelecido com a comunidade acaba por transformar cada um desses espaços em centros de resistência à imposição de uma visão única do mundo. Mais que isso, propiciam o empoderamento dos sujeitos através da escrita coletiva, da socialização e da valorização de suas próprias histórias.

Processos que se tornam ainda mais dinâmicos e fortalecidos pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) e pelo engajamento cocriativo exercido de forma *online*. Recursos da cultura participativa contemporânea que conferem vigor ao “acorde dissonante” instituído pelo movimento de acesso aberto à informação e suas mídias propagáveis. Realidade concreta que não deve ser negligenciada por nossas instituições de memória, uma vez que esses dispositivos colaborativos reforçam a certeza de que a democratização do acesso à informação, ao conhecimento e aos substratos simbólicos de nossa cultura é condição *sine qua non* para nosso desenvolvimento intersubjetivo, social e histórico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura da conexão que contemporaneamente ganhou notoriedade, ao mesmo tempo que amplia nossas possibilidades de produção, disseminação e acesso à informação, é acionada com certa frequência para se colocar em questão o lugar social ocupado pelas bibliotecas no cerne dos processos de preservação e valorização de nossa memória coletiva. Se, por um lado, a aposta tem recaído em um uso intensivo de dispositivos digitais para se promover uma estratégia de divulgação *touch screen* de nossos acervos culturais, por outro, em movimentos paralelos e simultâneos, têm-se utilizado esses mesmos recursos em benefício da construção de mecanismos que viabilizem a salvaguarda e a elaboração coletiva dos saberes.

Dialética que se faz presente, inclusive, em nossas universidades, uma vez que a pressão mercadológica exercida sobre os modos de produção acadêmica encontra resistência por parte daqueles que consideram de fundamental importância a manutenção da autonomia do exercício intelectual e a disponibilização irrestrita dos saberes por ele consolidados. Confronto ideológico que fez ganhar força o movimento em prol do acesso aberto à informação. Conjunto de iniciativas que têm discutido profundamente os impactos do atual modelo de divulgação científica nas instâncias de acesso público ao conhecimento. Sua principal bandeira política reivindica que a literatura científica deve ser livremente acessível *online*, eliminando-se as barreiras de preço e de permissão de obtenção.

Esse empreendimento e os questionamentos dele emanados colocaram em cheque o caráter privativo que, de certo modo, viabilizava a hierarquização de saberes e disciplinas no âmbito das universidades. Em consequência disso, assistimos a uma explosão de iniciativas<sup>25</sup> relacionadas à produção e manutenção de ambientes colaborativos dedicados a fomentar o acesso aberto à informação e ao conhecimento. Concentrando-se, em um primeiro momento, na disponibilização de materiais específicos – como revistas, artigos e relatórios técnicos –, o apelo social que atravessa o movimento ampliou seu raio de ação para todas as instâncias de divulgação dos saberes inscritas no âmbito do universo acadêmico, inclusive àquelas que dizem respeito à consolidação dos referentes mnêmicos de cada instituição.

Isso porque, como vimos aqui, os insumos de recordação que conformam a memória institucional de uma universidade pública como a UFMG constituem-se em vestígios materiais e/ou simbólicos provenientes de um conjunto de relações de forças capazes de representar tanto os interesses daqueles que definem as regras da vida acadêmica quanto daqueles que justificam sua existência social. Sendo assim, iniciativas como as empreendidas pela Biblioteca Central e pela Diretoria de Governança Informacional da UFMG devem ser ampliadas e replicadas em vários

---

25. Só para citar um exemplo, temos o Sci-Hub (<<http://sci-hub.io/>>), projeto idealizado pela cientista da computação cazaquistana Alexandra Elbakyan, que visa compartilhar gratuitamente mais de 50 milhões artigos científicos.

outros contextos como estratégia de salvaguarda e de disseminação democrática das informações e do patrimônio mnêmico que nesses espaços se preservam.

Portanto, mesmo que o acesso aberto e o uso intensivo das TICs apontem para novas modalidades de produção e disseminação da informação, não há porque contestarmos a importância e o lugar social ocupado pelas bibliotecas no mundo contemporâneo. Enquanto lugares de memória e de salvaguarda de nosso patrimônio informacional e cultural, elas ainda são espaços legítimos de captação, organização, elaboração e difusão do conhecimento. Condição que confere às bibliotecas (públicas, nacionais, escolares, universitárias, especializadas, institucionais, entre outras) o papel de protagonistas ativos e indispensáveis aos processos de democratização dos saberes.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **Confissões**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. (Pensamento Humano).

ALMEIDA, M. J. **O teatro da memória de Giulio Camillo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

ARAÚJO, D. M.; FERREIRA, A. Coleção Memória Intelectual da Universidade Federal de Minas Gerais: considerações sobre a guarda do Arquivo da Assessoria de Segurança e Informações. **Revista Extensão**, v. 2, n. 1, p. 61-76, 2012.

BERNARD, F. Privatização ou divisão de diversidade e identidades culturais. *In*: SIDEKUM, A. **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Editora Unijuí, p. 59-72, 2003.

BORGES, S. M. Produção científica cultural das instituições de ensino superior – “Memória Intelectual da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG”. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Anais...** Porto Alegre: Biblioteca Central da UFRGS, v. 1, p. 255-265, 1987.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 173-185, jan./abr. 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/Yd92OS>>.

CALVINO, I. As odisséias na Odisseia. *In*: **Por que ler os clássicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, p.17-24, 1993.

COORDENADORIA de Políticas de Inclusão Informacional. **Colaboratório digital da UFMG**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

COSTA, I. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

EISENSTEIN, E. **A revolução da cultura impressa**: os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

GILSON, E. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JACOB, C. Rassembler la mémoire: réflexions sur l'histoire des bibliothèques. **Diogène**, France, n. 196, p. 53-76, 2001-2004. Disponível em : <<https://goo.gl/CsBxNm>>.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, n. 10, p.7-28, 1993.

PENA, R. T. Apresentação. *In*: **Obras raras da UFMG**: catálogo. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária, 2007.

SERRAI, A. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, 1975. Disponível em: <<https://goo.gl/gGMZGD>>.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SIMÕES, P. G. **O acontecimento Ronaldo**: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/6bo5cR>>.

SPENCE, J. D. **O palácio da memória de Matteo Ricci**: a história de uma viagem da Europa da Contra-Reforma à China da dinastia Ming. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **O enraizamento**. Bauru: Edusc, 2001.

YATES, F. **A arte da memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTOINE, J.-P. The art of memory and its relation to the unconscious. **Comparative civilizations review**, n. 18, p. 1-21, 1988.

ARAÚJO, D. M.; CARVALHO, W. M.; PONTELO, A. G. Acervo de obras raras e especiais do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais. *In*: NASCIMENTO, A.; MORENO, A. (Org.). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 103-122, 2015.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BAILEY JÚNIOR, C. **What is open access?** Disponível em: <<https://goo.gl/1ICwIW>>. Acesso em: mar. 2016.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARRUTHERS, M. **Técnica do pensamento**: mediação, retórica e a construção de imagens (400-1200). Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma arte medieval para a invenção e para a memória: a importância do “lugar”. **Remate de males**, v. 26, n. 1, p.17-29, 2006.

CONNERTON, P. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

FENTRESS, J.; WICKHAN, C. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Presse Universitaires de France, 1952.

HANKE, M. A noção de sociabilidade: implicações nos estudos da comunicação. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – COMPÓS, 11., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/4MN7vp>>.

HUTTON, P. H. The art of memory reconceived: from rhetoric to psychoanalysis. **Journal of de History of Ideas**. v. 48, n. 3, p. 371-390, 1987.

JEDLOWSKI, P. Memory and sociology: themes and issues. **Time and Society**, v. 10 n. 1, p. 29-44, 2001.

JENKINS, H. *et al.* **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável. São Paulo: Aleph, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MIGUEL, N. M.; ORRICO, E. IBGE: memória e história de uma instituição. *In*: PINTO, D.; FARIAS, F. (Orgs.). **Novos apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: 7 Letras. p. 169-184, 2012.

MURGUIA, E. (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta, 2010.

OLICKY, J. K.; ROBBINS, J. Social memory studies: from “collective memory” to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p. 105-140, 1998. Available in: <<https://goo.gl/QLrUcx>>.

ROSSI, P. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

SANTOS, M. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

SILVEIRA, F. J. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento**: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SOUCHU, P. Mémoire(s) & bibliothèques. **BBF**, n. 5, p. 99-102, sept. 1999. Disponível em : <<https://goo.gl/nYOYCb>>.

WAIZBORT, L. Elias e Simmel. *In*: \_\_\_\_\_. (Org.). **Dossiê Norbert Elias**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 89-111.

YATES, F. El tratado de la memoria de Lodovico da Pirano. *In*: **Ensayos reunidos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. v. 2, p. 117-139.